



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

**Política de Educação e atenção aos estudantes com deficiência: uma
análise das ações desenvolvidas no município de Paraipaba - CE**

REDENÇÃO - CEARÁ

2018

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

Política de educação e atenção aos estudantes com deficiência: uma análise
das ações desenvolvidas no município de Paraipaba - CE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós-
Graduação Lato Sensu em Gestão
Pública Municipal da Universidade da
Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira como
requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Gestão Pública
Municipal.

Orientador: Prof. Me. Jacques
Henrique Gomes da Silva

REDENÇÃO - CEARÁ

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Grayceane Gomes da.

S578p

Política de Educação e atenção aos estudantes com deficiência:
uma análise das ações desenvolvidas no município de Paraipaba - CE
/ Grayceane Gomes da Silva. - Redenção, 2018.
30f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública
Municipal, Coordenação De Pós-graduação, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Me. Jacques Henrique Gomes da Silva.

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Pessoas com deficiência. I.
Título

CE/UF/BSCL

CDD 370

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

Políticas de educação e atenção aos estudantes com deficiência: uma análise
das ações desenvolvidas no município de Paraipaba - CE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós-
Graduação Lato Sensu em Gestão
Pública Municipal da Universidade da
Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira como
requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Gestão Pública
Municipal.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Jacques Henrique Gomes da Silva (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Me. Paulo Cícero Sousa
(Instituto Federal do Ceará - IFCE)

Aos meus pais que têm incentivado e contribuído para o desenvolvimento de meu conhecimento profissional e pessoal, acompanhando meus passos.

AGRADECIMENTOS

Aos tutores e professores pelas contribuições para o processo de aquisição de conhecimentos sobre a gestão pública municipal.

À Profa. Rejane Felix Pereira, professora da disciplina de monografia, pela disponibilidade em orientar e informar sobre as exigências da disciplina.

Ao Prof. Jacques Henrique Gomes da Silva, pela disponibilidade em orientar e sanar dúvidas sobre este Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores participantes da banca examinadora pelas sugestões e avaliação.

À profissional trabalhadora da Secretaria de Educação do Município de Paraipaba pelas informações concedidas para composição da pesquisa.

Aos colegas da turma de especialização pelos conhecimentos compartilhados, apesar da pouca convivência em um Curso de Educação a Distância.

“A democratização da sociedade brasileira passa pela construção de efetivo respeito a essa parcela da população, que a duras custas procura conquistar um espaço ao qual, por lei, tem direito.” (ARANHA, 2001, p.171).

RESUMO

O presente estudo vem apresentar pesquisa empreendida sobre como a política de educação municipal da cidade de Paraipaba tem acolhido as demandas referentes à inclusão de estudantes com deficiência. Este trabalho teve como objetivos analisar como o município desenvolve ações de inclusão educacional, identificar quais ações são realizadas e qual relevância é dada ao assunto, além de observar se há organização da sociedade pela luta por atenção a este público e que ações são promovidas diante as reivindicações. A trajetória metodológica consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e documental, além de análise dos dados disponíveis nos bancos de dados nacionais do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), complementado com visitas a Secretaria de Educação Municipal para colher dados complementares no local. O Brasil ao longo dos últimos 20 anos tem desenvolvido legislações que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência com foco na perspectiva de inclusão social. Desse modo, estados e municípios têm buscado desenvolver ações para se adequarem as determinações legais, nesse contexto, as ações desenvolvidas no município em tela são direcionadas ao atendimento dessas legislações. Assim, concluiu-se que não há uma mobilização local para o desenvolvimento de ações específicas, que debilitam o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes que se encontram matriculadas nas escolas regulares.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Pessoas com deficiência.

ABSTRACT

The present essay displays the research undertaken about how the municipal education policy from Paraipaba city has received the demands relating to inclusion of students with disability. This work had as its objectives to analyze how this city develop actions of educational inclusion, and also identify which actions are made and what relevance is given to the issue, besides noticing if there is an organization of the society in the fight for care to this public and which actions are promoted facing these claims. The methodology trajectory consisted in the bibliographic and documental research, besides the review of the national databases of the Education Ministry (MEC) and National Institute of Educational Studies and Researches (INEP), complemented with visits to the Municipal Secretariat of Education with the objective of collecting more local informations. Brazil has developed laws that dispose about the people with disability rights focusing in the perspective of social inclusion over the last 20 years. Therefore, states and cities have been trying to develop actions to adapt to the legal determinations, in this context, the actions developed in the case in point are directed to the attendance to these laws. Thus, it has been found that doesn't exist a local mobilization for the development of specific actions, which debilitates the full development of the children and adolescents that are matriculated in the regular schools.

Keywords: Education. Inclusion. People with disabilities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas de estudantes com deficiência.....	22
Tabela 2 – Distribuição dos estudantes por tipo de deficiência.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC	Instituto Benjamin Constant
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3	METODOLOGIA.....	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	28

1 Introdução

A trajetória das pessoas com deficiência na história da humanidade é marcada pela exclusão e abandono, por não serem consideradas parte dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade. A partir do fortalecimento das lutas sociais e da constituição dos direitos humanos, todos têm direito a uma vida digna, desse modo, o olhar sobre essas pessoas veio sendo modificado.

Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Brasil estimou uma população de 45.606.048 milhões de pessoas com deficiência que correspondem 23,09% dos cidadãos brasileiros, o Ceará, respectivamente apresentou 2.340.150 milhões que corresponde 27,69%. Logo, o Estado apresenta índices maiores que o nacional, que exige atenção e ações dos governantes no cuidado e proteção social.

Nesse caminho, os direitos das pessoas com deficiência estão expressos em legislações gerais, como a Constituição Federal de 1988, mas também, estão determinados em legislações específicas, em âmbito internacional e nacional, como a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015, p.1).

A educação como política social estruturadora do acesso ao conhecimento e formação profissional, se configura como importante eixo para o desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos. Sendo assim, tem centralidade nas ações destinadas a inclusão social de pessoas com deficiência, sendo pauta constante das legislações.

Sendo assim, este estudo tem como foco a análise das ações destinadas ao atendimento de pessoas com deficiência, na política de educação, desenvolvidas pelo município de Paraipaba, localizado no litoral oeste do Estado do Ceará. Na perspectiva de observação de como as determinações presentes nas legislações e políticas, estão sendo materializadas nesta cidade que conta com uma população de aproximadamente 32 mil habitantes.

O interesse em desenvolver tal pesquisa vem do fato de trabalhar no referido município e ter como foco de estudo desde a graduação as temáticas relacionadas às ações destinadas a esse público. Além disso, o cotidiano de

trabalho fez com que percebesse que as ações do município são tímidas no que tange este grupo, surgindo assim à intenção de investigar como a gestão pauta o atendimento as demandas deste público.

Logo, esta pesquisa objetivou analisar como o município desenvolve ações e políticas para a inclusão educacional dessas pessoas, identificar que ações são desenvolvidas pela secretaria de educação municipal, que relevância é dada ao tema que envolve a inclusão social e compreender como a luta das pessoas com deficiência e seus familiares vem interferindo na organização dessas ações.

Para desenvolver o estudo, dispomos de pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo no município para identificação das ações desenvolvidas. Desse modo, este estudo vem desvelar questões como qual a relevância dada no âmbito da política de educação as demandas de inclusão das pessoas com deficiência, que ações são desenvolvidas, como tem se consolidado a educação inclusiva.

O trabalho divide-se nesta introdução que expõe os elementos gerais da pesquisa, com informações que trazem uma ideia do que foi explorado. Seguido da fundamentação teórica utilizada, onde expomos conceitos sobre pessoas com deficiência e políticas públicas, para estabelecer a relação de análise que permitiu estabelecer compreensões da realidade observada no município de Paraipaba.

Em continuidade detalhamos a trajetória metodológica que teve como etapas análise bibliográfica, com base em autores como, Aranha (2001), Bianchetti (1998), Januzzi (2006), Mendes (2006), dentre outros autores que contribuíram para o amadurecimento dos conhecimentos sobre o assunto. A análise documental compreendeu o estudo de documentos como a Constituição Federal de 1988, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, dentre outros.

Na sequência detalhamos os resultados e discutimos os achados na pesquisa de campo realizada no município supracitado, que ainda apresenta muita dificuldade em implementar ações em prol da inclusão social desse público.

Por fim, elencamos considerações finais com o fechamento da análise e sugestões de ações para melhoras nas condições de oferta de atendimento as demandas dos estudantes com deficiência.

2 Revisão de literatura

As pessoas com deficiência configuram-se como grupo que ao longo da história humana passou por abandono e extermínio por não serem considerados normais pela sociedade, no entanto, com o desenvolvimento das sociedades e das legislações, esse público entrou no rol das minorias sociais que sofrem com o preconceito e o descaso (BIANCHETTI, 1998). Mas, a realidade tem se transformado a partir das lutas por melhores condições de sobrevivência. Nesse contexto, consideramos:

[...] ser a deficiência uma condição social caracterizada pela limitação ou impedimento da participação da pessoa diferente nas diferentes instâncias do debate de idéias e de tomada de decisões na sociedade. A autora atribui o processo de desqualificação ao fato da pessoa com deficiência ser considerada, no sistema capitalista, um peso à sociedade, quando não produz e não contribui com o aumento do capital. (ARANHA, 1995, *apud* ARANHA, 2001, p. 18).

Desse modo, podemos perceber que as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência perpassam as organizações dos ambientes em que vivem e frequentam, sendo as dificuldades em sua maioria decorrentes da falta de acessibilidade.

Segundo a Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015, em seu artigo 2º, o conceito de pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2015, p. 1). Desse modo, podemos observar que esse conceito não envolve somente a pessoa em si, mas diz respeito ao ambiente no qual se insere, pois com as devidas oportunidades essas pessoas podem ocupar os espaços sociais plenamente.

A partir das legislações que dizem respeito aos direitos universais humanos, todo e qualquer ser humano tem direito à vida, à liberdade, à propriedade, à saúde, dentre outros, que asseguram o bem-estar de todos, as pessoas com deficiência passaram a ser protegidas contra os maus tratos que perduraram por séculos. Visto as especificidades das necessidades que esse grupo apresenta, além de seus direitos serem previstos nas legislações gerais, fez-se necessário

legislações específicas para a busca da garantia de melhores condições de vida e participação social.

No Brasil, apesar de haver desde a década de 1930 ações destinadas aos cuidados com as pessoas com deficiência, no âmbito da educação e assistência, é a partir da década de 1980, com o movimento de redemocratização política do país, que a luta de pessoas com deficiência começa a ganhar maior organização. Cabe destacar que, nesse período, esses indivíduos começaram a participar das ações em busca da garantia de seus direitos, pois até aquele momento eram tutelados por familiares e pessoas engajadas na causa, desse modo, se tornaram protagonistas das lutas sob o lema “Nada sobre nós sem nós”. (SILVA, 2014, p. 71).

As primeiras ações governamentais foram expressas no âmbito da Educação a partir da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC), depois o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Até a década de 1990, as ações predominantes foram do paradigma de integração, em que as pessoas com deficiência deveriam aprender de forma segregada para depois serem incluídas nos espaços sociais. (JANUZZI, 2006).

Por muito tempo as ações destinadas às pessoas com deficiência foram de cunho filantrópico, sendo essas ações ainda presentes, através de instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Sociedade Pestalozzi, Associações de surdos, dentre outras que promovem ações em torno da reabilitação, educação e formação para o trabalho. Essas ações se configuram como uma tomada de responsabilidade das funções estatais pela sociedade civil, diante a não atenção do Estado.

Assim, as principais ações eram realizadas por instituições especializadas de cunho filantrópico, no âmbito da educação pública eram predominantes às escolas e salas especiais, em que os estudantes não tinham convivência com os colegas tidos normais. Mas, a partir dos anos 2000 com o acirramento das lutas por melhores condições e inclusão social, a partir da perspectiva de ocupação dos espaços sociais, com a garantia de acessibilidade e atenção.

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação. (ARANHA, 2001, p. 20-21).

Desse modo, temos que esse público tem ganhado visibilidade e teve suas condições observadas em diversos âmbitos, como saúde, educação, formação profissional, assistência social e trabalho. Sendo seus direitos reforçados em legislações como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que destacam que a educação dessas pessoas deve ser preferencialmente em escolas regulares comuns.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, dispõem sobre a educação especial, na perspectiva de regulamentar que no âmbito da educação essa modalidade é transversal a todos os níveis, sendo necessário atendimento especializado para que esses estudantes possam desenvolver-se e alcançar níveis educacionais de acordo com suas habilidades. Sendo o Decreto regulamentador da educação especial e do atendimento educacional especializado (AEE), como suporte prestado em conjunto ao ensino básico para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Assim, Mendes (2006), pontua que a década de 1990 se configura como o período de difusão das ideias em torno da inclusão social, em que há a busca de equiparação de direitos e melhores condições para esse público, inclusive, ao considerar a educação inclusiva como melhor forma de atendimento, com vistas ao acompanhamento especializado e adequação de espaços e metodologias de ensino.

As legislações específicas mais recentes vigentes no Brasil são a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com deficiência de 2008, cujo Brasil é signatário, e o Estatuto da Pessoa com deficiência, já citado, que tratam sobre os direitos das pessoas com deficiência, em uma perspectiva transversal aos direitos individuais e sociais.

Em 2009 o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, em sua integralidade, a partir do Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que torna a lei com caráter de emenda constitucional. Nesse caminho, também, houve o avanço de superação do modelo médico para a adoção do modelo social, a partir do reconhecimento da Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF) que considera a deficiência como decorrente em grande medida das barreiras sociais. Sendo assim, é dever do Estado e da sociedade prover condições dignas ao desenvolvimento dessas pessoas. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011).

Esta convenção versa sobre os direitos desses sujeitos com vistas a transversalidade, tendo como centralidade a garantia de acessibilidade física, visual, auditiva, comunicacional e atitudinal, para que possam conviver em sociedade, sem segregação e discriminação. Tal legislação prevê direitos individuais como a vida, a liberdade, a igualdade perante a lei; bem como direitos sociais a educação, trabalho e saúde. Além de ações a grupos vulneráveis como crianças e mulheres, proteção contra qualquer tipo de violência e acesso a cultura e lazer.

Cabe destacar que no âmbito educacional a convenção dispõe que se deve haver a inclusão na perspectiva de desenvolver as habilidades dos estudantes com deficiência, com os suportes necessários de acordo com as demandas de cada um, para que possam ter desenvolvimento cognitivo e social para uma efetiva participação na sociedade.

O Estatuto da Pessoa com deficiência, instituído pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, dispõe sobre diversos âmbitos para a garantia de uma vida digna as pessoas com deficiência. Cabe destacar, a preservação dos direitos civis e políticos, quanto à possibilidade do voto e direito a constituição de família, direitos reprodutivos e guarda dos filhos.

Assim como, a convenção traz as disposições sobre os diversos direitos, inclusive ao transporte acessível, a gratuidade, reforça o direito a renda mínima, através de benefício da política de assistência social intitulado Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com deficiência e idosos maiores de 65 anos que não tem como prover o sustento, nem família. Além disso, prevê que os assuntos referentes a esse público sejam alvo de estudos e capacitações para os profissionais que atuam nos serviços e políticas públicas.

No que se refere à educação o documento traz um conjunto de proposições, que detalham determinações já presentes em outras legislações, com destaque a formação de professores para o atendimento especializado e a inclusão do tema em cursos de ensino superior e tecnológico de áreas diversas. Também, assevera a proibição de cobrança de valores diferenciados em instituições privadas para o atendimento dessas pessoas e disposição de profissionais de apoio escolar, a fim de melhor acompanhá-las (BRASIL, 2015).

Logo, em termos legislativos os direitos as pessoas com deficiência vêm sendo pautados há décadas em nível internacional e nacional, no entanto, o caminho para a garantia de tais direitos tem sido trilhado a passos lentos.

Para melhor organizar e unificar as ações em torno deste público foi estabelecido o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem limite, através do Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, em que o Brasil se posiciona a favor das prerrogativas da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto aos direitos desse público. Sendo assim, objetiva promover a partir da articulação e integração entre políticas, programas e ações o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013).

As iniciativas do são divididas em quatro áreas: acesso à educação, dispõe sobre salas multifuncionais, acessibilidade em escolas e transportes, acompanhamento BPC na escola¹, educação bilíngue, formação profissional; inclusão social, com BPC Trabalho, Residências Inclusivas, Centro-dia de Referência para pessoas com deficiência; acessibilidade, a partir de oferta unidades de moradia acessível, formação de cães guia, desenvolvimento de tecnologia assistiva; atenção à saúde, através de prevenção e cuidado às deficiências, centros especializados de reabilitação, diretrizes terapêuticas, atenção odontológica, transporte para acesso a saúde e ampliação de acesso a órteses e próteses.

As ações propostas pelo eixo educação preveem a instalação de salas multifuncionais e a atualização dos kits recebidos nas que já possuíam, destinação de recursos financeiros para as escolas reformarem seus espaços na perspectiva da acessibilidade física, oferta de transportes escolares acessíveis, educação continuada aos professores, cursos para educação bilíngue. Há também programa para garantia de permanência no ensino superior e o BPC na escola para ampliação dos beneficiários de 0 a 18 anos matriculados na escola (BRASIL, 2013).

Este plano enquanto proposta de ações para que seja selado compromisso de execução é necessário assinatura de termo de adesão por Estados e municípios, para que recebam apoio técnico e financeiro na consolidação de serviços que fomentem o desenvolvimento e inclusão social.

Portanto, podemos observar que ações em prol desse público vêm se desenvolvendo ao longo dos anos de acordo com as mudanças da sociedade, sendo cada vez mais necessário, desenvolver iniciativas que materializem as iniciativas descritas nas legislações.

¹ Programa criado através do Decreto Interministerial nº 18 de 24 de abril de 2007, com objetivo de garantir o acesso e permanência a educação aos beneficiários do BPC de 0 a 18 anos, a partir de acompanhamento intersetorial entre as políticas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

3 Metodologia

A trajetória metodológica deste estudo consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, bem como de pesquisa empírica.

Nesta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, pois esta considera as subjetividades do objeto pesquisado. Esse tipo de análise considera os dados em sua essência para além das informações estatísticas. Sobre isso Esteban (2010, p. 127) define que

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos.

Cabe destacar que utilizamos dados quantitativos sempre que necessário para mensurar a realidade estudada. Sobre isso, Minayo (1999, p.44), considera que devemos de forma criativa “articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas”.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi um município de pequeno porte do litoral oeste do Ceará, Paraipaba, com população de 32.256 mil habitantes segundo dados do IBGE de 2015, localizado vizinho aos municípios de Paracuru e Trairi na microrregião do Baixo Curu. Nesse contexto, tivemos foco nas ações destinadas às pessoas com deficiência residentes no município no âmbito da Política de Educação, que apresenta 36 escolas de ensino básico.

Através da realização de pesquisa bibliográfica e documental pudemos ter uma melhor compreensão acerca das categorias que compuseram a pesquisa, assim como a situação em que se encontra o objeto estudado. Como instrumento de coleta dos dados utilizamos as bases de dados nacionais e visitas a secretaria de educação do município para buscar informações complementares.

Após as etapas descritas, realizamos análise dos dados obtidos, a luz das legislações sobre o assunto, além de, utilizar as fontes bibliográficas para fundamentar a análise, a partir de estudos já realizados e fundamentações conceituais para o enriquecimento do diálogo entre a realidade encontrada e a literatura já existente sobre o assunto.

4 Resultados e discussões

O tema sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência tem se destacado no cenário nacional nos últimos 20 anos, sendo objeto de várias legislações subsidiárias de acordo com as demandas identificadas. Cabe destacar, que a Educação Especial/Inclusiva é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 2014 a 2024, que dispõe:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

Desse modo, é comprometimento dos entes federados organizarem estratégias e ações para que os estudantes com deficiência tenham plenas condições de acompanharem as disposições curriculares e chances de formação acadêmica e profissional. Sendo as principais estratégias dispostas no sentido de garantir o atendimento especializado, a formação de profissionais para atuação com esse público e a intersetorialidade, além de parcerias com instituições privadas e filantrópicas.

A perspectiva de educação inclusiva tem superado progressivamente as formas segregadoras que predominaram até os anos 2000, em que as crianças e adolescentes com deficiência eram matriculadas em escolas e salas especiais exclusivas, sem o convívio com os estudantes tidos normais. Também, houve maiores iniciativas para proporcionar condições de permanência em escolas regulares (MENDES, 2006).

A difusão de informações sobre o assunto, além das normativas que determinam às ações de inclusão social que devem ser direcionadas a garantia de possibilidades de frequência às unidades escolares, sem discriminação e com qualidade, com vistas à eliminação das barreiras, faz com os pais busquem a garantia de melhores cuidados aos filhos com deficiência. Mas, para isso os municípios devem aderir aos programas e projetos, além de prestarem conta das ações realizadas para continuarem recebendo os incentivos federais.

Diante as determinações legislativas e organização das novas bases educacionais os Estados e municípios têm que se adequar as novas exigências para oferta de educação inclusiva. Desse modo, o município de Paraipaba tem se adequado a partir dos incentivos federais as condições estabelecidas nas diretrizes educacionais.

Nesse caminho, os gestores do município de Paraipaba têm buscado participar das ações e incentivos estabelecidos pelas instâncias de maior hierarquia, ao assinar termos de adesão como ao Programa BPC na escola e ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), que representam a atenção dada ao tema pelo governo municipal. Desse modo, se comprometeram a prestar ações e acompanhamento às crianças e adolescentes com deficiência da cidade.

Segundo informações colhidas na Secretaria de Educação do município as ações direcionadas aos estudantes com deficiência são as salas de recursos multifuncionais, que estão dispostas em seis escolas, duas na sede do município e outras quatro localizadas nas comunidades rurais. Também, dispõe de ônibus acessível do caminho do saber e disponibiliza profissionais de apoio escolar para o cuidado de estudantes que requerem maior atenção, mediante atestado médico.

A saber, as salas de recursos multifuncionais, principal iniciativa do AEE, são compostas de equipamentos e materiais, além de professores especializados em educação inclusiva, que se destinam ao desenvolvimento cognitivo e habilidades de estudantes com deficiência intelectual, visual e auditiva. Dentre os materiais que foram recebidos pelas escolas do município podemos destacar: computadores, impressoras, kits de lupas, softwares para comunicação alternativa, jogos com textura, jogos com línguas de sinais, dentre outros.

A frequência às salas é realizada no contra turno ao que os estudantes estudam nas classes comuns e acontecem durante dois dias na semana, em uma hora cada, com professores especializados em educação inclusiva e/ou psicopedagogos. Cabe destacar que realizam os atendimentos de todos os estudantes do município, inclusive aqueles das escolas particulares e estaduais.

Segundo dados do Censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) houve uma evolução nos números de matrículas de estudantes com deficiência, fruto das intervenções e determinações

quanto à garantia de frequência e permanência escolar. A partir da tabela a seguir podemos visualizar essas mudanças:

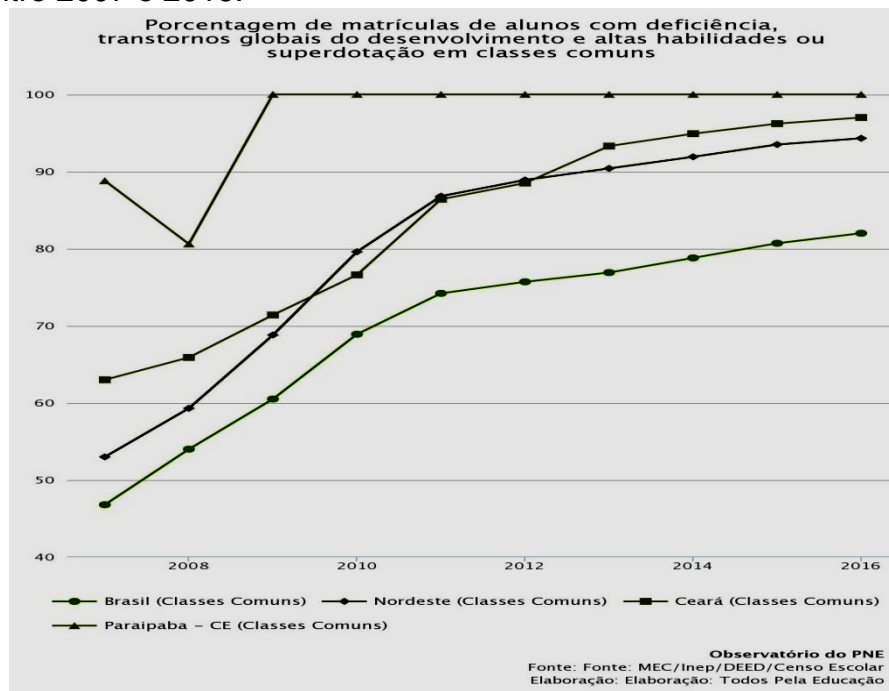
Tabela 1 – Matrículas de estudantes com deficiência.

Ano	Total de matrículas	Escolas públicas	Escolas privadas
2013	84	82	2
2014	103	105	1
2015	106	103	0
2016	119	116	3
2017	146	143	3

Fonte: Sinopses censos escolares (INEP)

A partir desses dados podemos perceber que houve aumento no número de matrículas, reflexo da maior procura dos pais em matricular seus filhos e também da busca pela garantia de condições de permanência pelas instituições governamentais. Essas transformações proporcionam melhores índices de inclusão educacional ao município. Como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Evolução das matrículas de estudantes com deficiência em salas comuns entre 2007 e 2016.



Fonte: Observatório PNE

Como podemos observar no gráfico anterior o município de Paraipaba quando comparamos ao Brasil, nordeste e Ceará, tem 100% de estudantes com deficiência matriculados nas salas comuns, dado positivo, visto que as condições de atendimento educacional no município são somente as escolas regulares.

De acordo com os dados do censo escolar 2017 o município apresenta a seguinte distribuição de estudantes de acordo com a deficiência que apresentam:

Tabela 2 - Distribuição dos estudantes por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Quantidade
Cegueira	01
Baixa visão	17
Surdez	03
Deficiência auditiva	05
Deficiência física	10
Deficiência intelectual	103
Deficiência múltipla	12
Autismo	10
Transtorno desintegrativo da infância (TDI)	16
TOTAL	146

Fonte: Censo Escolar 2017 (INEP)

Desse modo, podemos observar que há variedade de estudantes com deficiência no município, sendo a predominância daqueles com deficiência intelectual, que representam 70,5%, havendo necessidade de acompanhamento no âmbito escolar, não só nas salas de recursos multifuncionais, mas também, de equipe multiprofissional. Sendo esse público e o de autistas, alvo das principais solicitações de atendimento de terapia ocupacional, por solicitação médica em boa parte das vezes.

No entanto, as legislações não deixam clara a possibilidade de contratação de equipes multiprofissionais no âmbito escolar, sendo por iniciativa dos gestores estaduais e municipais a formação de equipes. No município de Paraipaba esta demanda está sendo repassada a política de saúde, que dispõe de somente dois profissionais terapeutas ocupacionais, com atuação nos Centros de Atenção Psicossocial (tipo I e álcool e outras drogas), logo não têm como absorver toda a

demanda escolar. Sendo assim, as crianças e adolescentes que não realizam atendimento no CAPS I se encontram sem acompanhamento multiprofissional.

Quanto à acessibilidade física os dados indicam que boa parte das escolas não apresenta as adequações de um total de 36 (trinta e seis) escolas, entre rede pública e privada, somente 11 (onze) escolas apresentam em suas construções rampas, corrimões e adaptações arquitetônicas. Quando se trata dos banheiros o número diminui para 9 (nove) escolas no total. (OBSERVATÓRIO PNE, 2016).

De acordo com dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), não houve recebimento de recursos pelo município para reformas de escolas até 2013, através do Programa Escola Acessível, segundo informações de profissional da Secretaria de Educação essa falta de acessibilidade física decorre do fato de que a maioria das escolas é antiga, de um período que não havia essa exigência, mas que aos poucos estão conseguindo recursos do MEC para realizar reformas de adaptações de acordo com as normativas.

Nesse contexto, segundo o artigo 53 do Estatuto da Pessoa com Deficiência “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. (BRASIL, 2015). Desse modo, é dever do Estado garantir que os espaços públicos sejam acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, sendo necessário priorizar reformas de adequação e nas construções novas atender em seus projetos as normas vigentes.

Ainda sobre o assunto acessibilidade, os dados informam que até 2014 não havia interpretes de Libras disponíveis no município, sendo este fator que dificulta a permanência de estudantes surdos nas escolas municipais, sendo necessário procurar escolas especializadas em Fortaleza ou não frequentar a escola. Cabe destacar, que a legislação vigente prioriza a formação de professores e interpretes a receber as demandas, sendo assim, quando não há formação esses estudantes são prejudicados.

A formação de professores é uma das principais questões a serem observadas para a oferta de educação inclusiva, pois todos os professores devem ter educação continuada para uma formação que acolha as diferenças, na perspectiva de uma mudança da realidade escolar. Para que todos possam lidar com as diferenças, sem que a educação seja mero espaço de adaptação de todos

para a vida em coletividade ou aprendizagem de conteúdos pré-estabelecidos. (COSTA e LEME, 2015).

Os professores com formação em educação inclusiva e/ou psicopedagogia no município trabalham nas salas de recursos multifuncionais, o que significa que nas salas comuns os professores não têm uma formação em nível de especialização na área, além disso, segundo profissional do município os cursos de educação continuada na área devem ser procurados pelos professores que queiram tal formação. Sendo que esse tipo de conhecimento poderia ser fomentado e fortalecido entre os professores com oferta de cursos e capacitações no próprio município.

No contexto da perspectiva de inclusão social as pessoas com deficiência devem promover manifestação de suas necessidades para uma plena participação social e a sociedade deve promover ações que vislumbrem a promoção de suporte em âmbitos como o social, físico e econômico, para que possam viver com melhores chances de desenvolvimento (ARANHA, 2001).

Há uma grande lacuna entre as necessidades educacionais, os dispositivos legais e as ações implementadas, também pelo fato dos principais gestores, secretários, prefeitos e vereadores, não terem conhecimento sobre as legislações para buscarem adequações. Além disso, não há organização de pessoas com deficiência e familiares para uma luta por direitos a esse grupo, no âmbito da educação as solicitações são individuais de acordo com as demandas, como falta de transporte, procura por atendimento especializado, mas não há uma organização para solicitar projetos e programas.

Logo, as famílias desses estudantes devem promover organização para reivindicação pelos direitos de seus filhos, para que o debate seja posto em pauta, visto que há mais de cem estudantes com deficiência no município. Sendo a falta de organização, prejudicial à visibilidade dessa parcela da população pelos gestores municipais.

De acordo com os dados encontrados e as visitas a Secretaria de Educação do município, ainda há muito para fazer para que os estudantes com deficiência tenham uma plena atenção para o desenvolvimento integral. Sendo importante, a articulação da sociedade civil e governo para a implantação de ações mais organizadas.

5 Considerações finais

Como pudemos perceber ao longo do estudo a história das pessoas com deficiência é marcada por vários paradigmas de atenção por parte da sociedade, sendo os primeiros de segregação e institucionalização, hoje a perspectiva adotada é a inclusão social com vistas a mudanças sociais, físicas e as atitudes para melhor acolher a diversidade. Nesse contexto, a política educacional tem como norte de ação a educação inclusiva para a oferta desse direito a essas pessoas.

Desse modo, o Brasil adotou legislações internacionais e construiu várias no âmbito nacional na perspectiva de afirmar os direitos desses indivíduos, sob a perspectiva da inclusão social. O Estatuto da Pessoa com Deficiência traz considerações sobre todas as nuances que envolvem o desenvolvimento digno, tendo a acessibilidade como transversal a todas as políticas e orientações para a inclusão no trabalho, educação, assistência social, cultura, lazer, saúde.

No que se referem à educação, as legislações convergem para a oferta de ações que acolham a diversidade de estudantes para uma equiparação de oportunidades para o desenvolvimento educacional e pessoal de crianças e adolescentes com deficiência. As determinações legais prevêem a oferta de atendimento educacional especializados, adequações arquitetônicas, confecção de materiais de apoio e formação de profissionais para o atendimento.

Sendo assim, observamos que o município de Paraipaba tem avançado na oferta de ações para educação inclusiva, visto que não apresenta instituições especializadas ao atendimento e a indicação de acompanhamento deve ser na própria comunidade, na perspectiva de acolher o número crescente de estudantes com deficiência matriculados nas escolas regulares da cidade. As ações são em consonância com as determinações do Ministério da Educação, a fim de garantir condições de permanência desses estudantes.

No entanto, identificamos que as ações se limitam a atender as determinações legislativas, cujos equipamentos e materiais das salas de recursos multifuncionais, o ônibus acessível e verbas para reformas são adquiridos por meio de Programas do MEC. Não há um estudo das demandas específicas do município, para destinação de verbas públicas municipais para implantação de equipe multiprofissional para o atendimento ou promoção de reformas com vistas à adequação em acessibilidade.

A formação dos professores para atenção a esse público é realizada de forma autônoma de acordo com o interesse de cada um, isso mostra que não há uma mobilização dos gestores para o incentivo e promoção da aquisição de conhecimentos para um atendimento de melhor qualidade a esses estudantes, a fim de garantir maior participação no contexto escolar. Portanto, o município tem realizado o mínimo preconizado para a oferta de atendimento inclusivo.

Conforme os dados coletados observaram-se não há reivindicação coletiva as demandas das pessoas com deficiência ou organização promovida por elas e seus familiares, as solicitações são individuais e atendidas de acordo com a chegada aos gestores como secretários de educação e saúde. Desse modo, não há movimentação para uma oferta coletiva as demandas de todos que apresentam deficiência, mas sim adequações e atendimentos para aqueles que reivindicam.

Desse modo, a formação de conselhos para a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, é uma alternativa viável, que busca a promoção social e o envolvimento popular na elaboração de ações mais eficazes. Além disso, apesar do foco deste estudo ser na educação, as ações promovidas neste âmbito contribuem para que mude todo um contexto social e de relações da cidade com as pessoas com deficiência, pois o convívio contribui para mudanças de atitude da população com relação à diversidade.

O fortalecimento da intersetorialidade, também, deve ser um dos passos para um melhor acompanhamento do desenvolvimento desses estudantes, em que aqueles que recebem o benefício BPC devem receber atendimento no âmbito da assistência social para incentivo da frequência escolar e acompanhamento em saúde. Além de estabelecimento de comunicação constante entre gestores dessas políticas para organização de estratégias para o acompanhamento conjunto.

Portanto, pudemos perceber ao analisar os dados do INEP e MEC além de, observar a organização das ações empreendidas no município, que as ações são destinadas a atenderem as determinações legais, havendo pouca visibilidade desse grupo como coletividade que necessitará de acompanhamento por toda a vida. Logo, são necessárias mudanças e articulação social para lutar por melhores condições para essas pessoas.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Marília, ano XI, n. 21, p. 160-173, março, 2001.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos considerados deficientes**. In: BIANCHETTI, Lucídio at al. Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 21-51.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011a. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convenc_aopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 21 maio 2018.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. Meta 4: Educação Especial/Inclusiva. **Observatório do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) - VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência : SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_enerico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2013**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2014**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2015**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2016**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2017**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 31 maio 2018.

COSTA, Valdelúcia Alves da; LEME, Erika Souza. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: percurso entre direito e experiência formativa**. In: **Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/trabalhos/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

ESTEBAN, Maria P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 21 maio 2018.

JANUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez., 2006. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programas e Ações.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SILVA, Grayceane Gomes da. **Qualificação profissional de Pessoas com Deficiência para inserção no mercado de trabalho em Fortaleza.** 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10473>>. Acesso em: 21 maio 2018.